

E se a Europa se apagar outra vez? Um ensaio de Rui Tavares. Pág. 4/5



Publico  
**P2**

# Até ao ponto d

● Da janela do avião vejo uma enorme cidade, espalhada em todas as direções como um líqüen dourado na paisagem escura. Um anel prateado no centro daquela nebulosa dourada marca o perímetro da cidade, com as suas portas a distâncias quase regulares. Que cidade será? Será Paris? Nesse caso deveremos procurar um ténue arco negro, uma espécie de boca entreaberta que deverá ser o rio Sena. E, para tirar as teimas: se dirigirmos os olhos para o quadrante em cima e à direita (viajo de Bruxelas para Lisboa, sentado junto a uma janela do lado esquerdo do avião) deverei conseguir localizar... por ali algures... lá está ela – a Torre Eiffel, a esta distância parecendo apenas um pequeno alfinete dourado espetado nas luzes da cidade.

A Torre Eiffel foi inaugurada nos duzentos anos da Revolução Francesa, em 1889, mas em 1900 era ainda a porta de entrada para a gente de todo o mundo que veio ver a Exposição Universal e respirar o seu otimismo elétrico (a Sala dos Máquinas, com os seus geradores, era uma das maravilhas para forasteiros de todas as nações). E a Exposição Universal de Paris foi a porta de entrada para um novo século, voluntarista, industrial, otimista, liberal, comercial, pacífico.

Um século que não veio a acontecer. Menos de década e meia depois, toda a Europa estava em guerra, e arrastada por ela o resto do mundo. Porquê? As cabeças coroadas fizeram as suas declarações, um ou outro Presidente da República (havia poucos) procedeu às suas demonstrações, houve promessas de soluções satisfatórias – mas nada conseguiu inverter o plano inclinado para uma guerra de milhões de mortos, que ninguém nunca entendeu bem, nem então, nem hoje. No fim de 1918, chegou a paz, sustentada no idealismo dos Quatorze Pontos do Presidente Wilson dos EUA. Em 1919, vieram as negociações de paz, sob o pano de fundo das reparações e das dívidas – “hавemos de fazer a Alemanha pagar!”, dizia então um líder dos conservadores britânicos, “a Alemanha há-de pagar até guinchart!”.

Um ator menor dessas negociações, o ainda jovem economista John Maynard Keynes, assistiu cada vez mais exasperado ao irrealismo e à irresponsabilidade dos líderes mundiais. Regressou a Inglaterra ainda perturbado e quase incrédulo, e escreveu até ao fim desse ano um pequeno livro que tem por título *As Consequências Económicas da Paz*. Cito de memória uma frase: “Se o debate [da Paz de Versalhes] tivesse sido feito num ambiente de prudente generosidade

e não de estúpida ganância, as perspectivas económicas da Europa seriam hoje muito melhores”.

Keynes tinha mais razão do que alguém na altura imaginária possível. Em 1929, o “grande crash” de Nova Iorque; em 1931, a bancarrota do Creditanstalt austríaco e a fuga aos bancos que se seguiu depois; e a Europa estava mergulhada na Grande Depressão. Mussolini já estava no poder, e o movimento fascista sendo exportado; Hitler chegou ao poder no início de 1933. Poucos anos depois, a II Guerra Mundial.

Pensei na enorme Paris que vi e tento imaginar no que terá sido a ocupação militar de uma cidade daquelas. Por este defeito de imaginação de que padece o nosso tempo, não consigo chegar lá. Por defeito de imaginação da nossa época, as coisas que aconteceram na Europa há poucas gerações parecem ter acontecido noutra mundo, com outras regras, com outros humanos.

Levo como incumbência, durante esta viagem de avião, pensar em três perguntas: até que ponto somos europeus? Se não houver identidade europeia, não serei eu um incorrigível otimista, ao supor que ainda assim nos possamos entender democraticamente à escala deste continente? E, vendo os acontecimentos recentes na União Europeia, vale a pena fazer aquilo que faço no Parlamento Europeu?

A ideia é escrever um texto – este texto – mas não é só a viagem de avião que me distrai. (Curiosamente, nem gosto muito de Paris, apesar de, ou por causa de, lá ter vivido quatro anos. Se me pedirem patriotismo, direi primeiro Lisboa, certamente até Rio de Janeiro, antes de pensar em qualquer capital europeia.) O que me distrai é o dia de hoje.

E, se há dia para ser pessimista, é hoje. Hoje, dia 9 de dezembro de 2011, foi um dos piores dias da Europa do novo século, talvez o pior. Não tenhamos qualquer ilusão. Na madrugada de hoje, os 27 chefes de Governo da União foram de uma irresponsabilidade colossal. Chegaram a uma cimeira com uma crise da moeda euro que só é intratável por culpa deles. Não resolveram essa crise. E criaram uma crise nova na União.

A realidade desta crise tem varrido com debates teóricos sobre se somos europeus ou não somos. Num dia como hoje, isto é secundário quando comparado com a dimensão do que aconteceu e que talvez ainda não tenha sido digerido completamente por muito gente. Recapitulemos.

Os líderes da zona euro, com Merkel e Sarkozy à cabeça, e com a vergonhosa anuência de todos os outros, deram um golpe de

morte à União Europeia. O novo tratado em que se lançaram vai ter de ser construído, por razões legais, fora da União. A construção que resultar daqui será puramente intergovernamental, porventura com a Comissão Europeia convocada para fazer de polícia. Esta será uma confederação feita à força mas que nunca terá força para lidar com as debilidades de uma moeda federal. Sim, houve conversa sobre dar 200 mil milhões ao FMI e ampliar o FEEF até 400 mil milhões, um dia destes. Entretanto, só a Itália precisará de, em janeiro, renovar 50 mil milhões da sua dívida. Fevereiro, mais cem mil milhões. Março, outros cem mil milhões. Abril, de novo cem mil milhões. Em quanto já vamos? Pouco importa: dinheiro desse não se encontra em lado nenhum. E a Espanha? A aplicação da austeridade em países como a Espanha, que já têm 20% de desemprego (e 45% de desemprego jovem) levará a níveis insustentáveis de tensão social. E os outros países? É quase inevitável que alguns entrem em incumprimento, outros em convulsão. A depressão económica será o destino da Europa como um todo. Para contrariar isto, a grande conquista da cimeira foi inserir limites à dívida na Constituição e aplicar sanções semiautomáticas aos prevaricadores. Poderiam até tatar os limites na testa e aplicar as sanções sob a forma de choques elétricos. O que é insustentável não se sustentará.

Entretanto, toda e qualquer esperança de democracia à escala europeia morrerá se este plano for avançado. O Parlamento Europeu será mantido à margem, com uma boa desculpa: é uma instituição da União, tornada obsoleta pelo novo tratado. Algumas medidas virão a ser votadas nos Parlamentos nacionais, é claro, por mero pró-forma. As decisões serão tomadas no eixo Berlin-Frankfurt, com gesticulação de Paris e um verniz de Bruxelas. Os Governos bem tentarão atingir os limites do défice para reconquistar ao menos um pouco de independência, mas sem efeito. Se o pânico nos mercados não os derrubar já nas próximas semanas ou meses, a depressão chegará para impossibilitar o exercício nos próximos anos. Após cada fracasso dos Governos periféricos, chegarão mais imposições do centro. Alguém julga que isto será politicamente sustentável sequer a médio prazo? O nacionalismo agressivo tomará conta de partes significativas do eleitorado.

Otimista, eu? Só se for um otimista trágico.

Há, no entanto, qualquer coisa aqui que está para lá do otimismo ou do pessimista. É isto: salvo catástrofe natural (e mesmo as consequências dessas

Este 9 de Dezembro foi um dos piores dias da Europa do novo século. Os líderes da zona euro deram um golpe de morte à União Europeia, lançando-se num novo tratado que vai ter de ser construído, por razões legais, fora da União. A depressão económica será o destino da Europa como um todo. Não, o cronista do PÚBLICO Rui Tavares não está otimista. E mais do que perguntar se somos ou não europeus, há que perceber o que podemos fazer antes que seja irremediável



Paris 1900: A Exposição Universal foi a porta de entrada para um novo século.

# e não-retorno



Voluntarista, industrial, otimista, liberal, comercial, pacífico. Um século que não veio a acontecer

podem ser minoradas), tudo o que acontece aos humanos é obra de humanos. Tudo aquilo que é mau nas sociedades humanas, e tudo o que se consegue fazer de bom, saiu de nós. De uma maneira ou de outra, aquilo que humanos conseguem fazer, outros humanos conseguem desfazer. A "ganância estúpida" que Keynes lamentou em 1919 é humana. A "prudente generosidade" que Marshall concretizou após 1945 também. Exigir o pagamento de dívidas até toda a gente se lixar é humano. Perdoar dívidas para sustentar um dano maior também. A escravidão e a abolição, ambas humanas. Os humanos podem escolher.

O que foi feito na Europa nos últimos tempos tem de ser invertido, e depois reformulado. Tudo o que é antidemocrático, absurdo e irrealista pode ser substituído por coisas democráticas, que façam sentido e sejam sustentáveis. E quem tem de fazer isso somos nós. Porque? Porque os marcianos não virão cá fazer por nós. Porque os mortos já não podem. Porque os vindouros ainda não podem. Não há mais ninguém: só nós.

Será certamente mais fácil, refazendo o trajeto desde a inauguração da Exposição Universal até à II Guerra Mundial, ser pessimista. Mas não é por alarmismo que se deve regressar à história europeia. É para dar sentido de responsabilidade e de possibilidade às pessoas.

A pergunta certa, por isso, não é se "vale a pena". A pergunta certa é o que podemos fazer antes que seja irremediável. Devemos transcender diferenças menores para responder a estas necessidades maiores: evitar uma segunda depressão e conquistar a democracia europeia. Para o conseguir, esta geração de líderes, com a irresponsabilidade de todos, de Merkel a Sarkozy, de Cameron a Passos Coelho, terá de ser suplantada por um discurso público, cívico, fraterno, que inverta este plano inclinado de rancor e recriminação.

Estamos muito atrasados, mas o mesmo vale agora para qualquer um de nós. Somos europeus? Temos de ser. Até que ponto? Até ao ponto de não-retorno. Antes que se chegue lá.

[Agradeço à Fundação Francisco Manuel dos Santos o convite para participar no debate que deu origem a este texto; ao moderador Vasco M. Barreto e aos colegas de painel António Figueira, Miguel Poiares Maduro, Miguel Morgado; e ao comentador Augusto Küttner de Magalhães pelas perguntas.]

*Historiador. Deputado independente ao Parlamento Europeu. A pedido do autor, este texto respeita as normas do Acordo Ortográfico*